



Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

LÍNGUA PORTUGUESA

CAPITAL HUMANO

Reinaldo Gomes*

1 Nunca em todo período da história houve demanda tão elevada por profissionais qualificados. Também nunca foi tão difícil manter esses profissionais dentro das corporações. Eles agregam valores às empresas e são considerados o principal capital.

2 Porém, essa visão ainda faz parte de um grupo seletivo. A maioria dos gestores, até o momento, não enxergou o valor desse capital humano e trata com desdém esse assunto. Muitos executivos atribuem o sucesso profissional à sua capacidade de escolher a pessoa certa para atuar no seu grupo. O sucesso de outros executivos deve-se à capacidade de manter sua equipe ordenada e produzindo harmoniosamente.

3 De fato, é muito difícil escolher a pessoa certa. Às vezes, você se depara com situações muito complicadas quando, por exemplo, um amigo está precisando de uma recolocação no mercado. Você sabe que aquele profissional não é a pessoa certa para atuar na sua equipe, mas, por outro lado, você é posto no paredão por si próprio e expõe a dúvida no ar: se eu posso ajudar o amigo, por que não dar uma chance? Por que não ajudar e tentar torná-lo o profissional ideal para a equipe, treinando-o e reciclando seus conhecimentos? Mas, não é bem assim que as coisas funcionam. Às vezes, a amizade é confundida com a hierarquia e, quando você tem de chamar a atenção por qualquer motivo, sua atitude não é bem aceita e a amizade começa a ser posta em jogo. Existe um velho ditado que se encaixa perfeitamente: “Amigos, amigos, negócios à parte”.

4 O time deve atuar satisfeito, harmonioso e bem recompensado. De fato, quando você vê publicações sobre as melhores empresas para trabalhar, um dos itens avaliados é a harmonia interna da equipe em relação ao resultado. Quem avalia a melhor empresa são os próprios funcionários e, se o ambiente de trabalho não é harmonioso, isso recai sobre a empresa. Para chegar ao estágio de satisfação, houve primeiro a seleção da equipe. Não importa qual seja o seu negócio, seu produto, sua estratégia ou seu serviço, tudo é feito por pessoas que têm de ser escolhidas a dedo.

5 Quanto maior for o nível de qualificação profissional, maior é a produtividade, melhor é a qualidade e menor é o custo dos produtos e serviços gerados. Vem agora a parte também difícil: a manutenção de tudo isso. Para manter os bons profissionais, as pequenas e médias empresas oferecem em primeiro lugar, benefícios; em segundo, vem a remuneração

e, por último, investem em treinamento. Já as grandes – entenda, nem todas são assim – trazem, num pacote, só os benefícios, a remuneração e os treinamentos. Palavras como satisfação, motivação e reconhecimento fazem parte do vocabulário da área chamada de gestão de pessoas.

*Especialista em gestão corporativa e de pessoas e economia.

(Estado de Minas- 1º de Janeiro de 2011- Caderno Opinião- p. 9)

QUESTÃO 01

A idéia principal do texto está expressa em:

- a) A escolha do capital humano depende das afinidades pessoais.
- b) Pessoas qualificadas e motivadas ampliam visões de trabalho.
- c) A produtividade depende apenas do nível de satisfação pessoal.
- d) As grandes empresas facilitam níveis hierárquicos.

QUESTÃO 02

Infere-se **CORRETAMENTE** do texto que,

- a) o trabalhador deve ser considerado investimento empresarial.
- b) sinônimo de trabalho permeia atividades em equipe.
- c) individualidade na empresa antecipa progresso pessoal.
- d) a reciclagem no trabalho depende da influência hierárquica.

QUESTÃO 03

“Amigos, amigos, negócios à parte”.

Indique a letra em que se dá **CORRETAMENTE** o valor semântico do ditado popular, no contexto do parágrafo:

- a) prioridade
- b) imparcialidade
- c) vulnerabilidade
- d) sensibilidade



QUESTÃO 04

Também nunca foi tão difícil manter esses profissionais dentro das corporações.

O termo negrito tem a equivalência de:

- adversidade
- condição
- temporalidade
- adição

QUESTÃO 05

Releia a seguinte passagem do texto:

O sucesso de outros executivos deve-se à capacidade de manter sua equipe ordenada e produzindo **harmoniosamente**.

O termo sublinhado tem a equivalência de:

- Advérbio
- Conjunção
- Adjetivo
- Substantivo

QUESTÃO 06

Marque a alternativa **ADEQUADA**, em relação ao tipo **PREDOMINANTE** do texto:

- Instrucional, pois prescreve e indica procedimentos.
- Descritivo, tendo em vista seu caráter lúdico e bem-humorado.
- Narrativo, pois veicula pontos de vista do autor, com marcas de temporalidade.
- Opinativo, uma vez que apresenta argumentos com relação à temática.

QUESTÃO 07

No primeiro parágrafo, a repetição da expressão “ nunca”, sugere, **principalmente**:

- Um jogo, contrariando as normas gramaticais.
- Um deslize com relação à escolha vocabular.
- Um recurso enfático, para que o leitor entenda efetivamente a mensagem.
- Um exagero, para causar idéia contrária ao que foi exposto na informação.

QUESTÃO 08

Observe as informações acerca do emprego dos sinais de pontuação:

- O uso das interrogações no terceiro parágrafo aponta uma situação argumentativa presente nos questionamentos do articulista.
- Os travessões no último parágrafo estão empregados em substituição a duas vírgulas que separam termos intercalados para lhes dar ênfase.
- As aspas no terceiro parágrafo se traduzem pelo uso da citação proverbial.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- I e II
- I, II e III
- II e III
- I e III

QUESTÃO 09

A argumentação fundamentada entre os parágrafos 1 e 2 do texto se dá por meio de:

- estereótipos
- repertórios
- analogias
- intertextos

QUESTÃO 10

Palavras como **satisfação**, **motivação** e **reconhecimento** fazem parte do vocabulário da área chamada de gestão de pessoas.

A sequência dos termos negritos se dá por meio da classe gramatical do (a):

- substantivo
- adjetivo
- conjunção
- numeral

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As questões 11 e 12 referem-se à LEI N° 8.429, de 02 de Junho de 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

QUESTÃO 11

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário assinala o ato que não corresponde aos elencados no art 10 da Lei.



- a) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;
- b) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- c) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;
- d) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço inferior ao de mercado;

QUESTÃO 12

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito, assinale o ato que não corresponde aos elencados no art 9 da Lei:

- a) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
- b) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no artigo 1º por preço superior ao valor de mercado;
- c) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;
- d) perceber vantagem econômica para intermediar ou não a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

QUESTÃO 13

Segundo Chiavenato (2004), Fayol, em seu livro "Administração Geral e Industrial", apresenta seis funções básicas que considera essenciais à toda empresa.

Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, identificando as características de cada função e responda na ordem de cima para baixo.

- | | |
|----------------------|---|
| I - Técnicas | () procura e gerenciamento de capitais; |
| II - Comerciais | () coordenam e comandam as outras cinco, constituindo-se na mais importante; |
| III - Financeiras | () inventários, registros, balanços, custos e estatísticas; |
| IV - Segurança | () proteção e preservação de bens; |
| V - Contábeis | () compra, venda e troca de bens; |
| VI - Administrativas | () produção de bens ou serviços da empresa. |

- a) III, VI, V, IV, II, I.
- b) I, II, III, IV, V, VI.
- c) III, VI, V, II, IV, I.
- d) II, III, VI, V, I, IV.

QUESTÃO 14

A abordagem _____ baseia-se nos fundamentos de que a Administração é um processo operacional composto por funções de planejamento, organização, direção e controle e, porque envolve uma série de situações organizacionais, necessita estar baseada em princípios em que se possam prever soluções administrativas. Esses princípios básicos da Administração devem ter a característica da universalidade e, a exemplo de outras ciências, serem logicamente verdadeiros, porque irão, com o decorrer do tempo, sofrer alterações do meio ambiente no quais se colocaram à prova, (CHIAVENATO, 2004).

Escolha a opção que completa **CORRETAMENTE** a lacuna do texto.

- a) Científica;
- b) Clássica;
- c) Neoclássica;
- d) Contingencial.

**QUESTÃO 15**

Segundo Chiavenato (2004), a teoria comportamental fundamenta-se no comportamento individual das pessoas, para explicar o comportamento organizacional. Os autores dessa Teoria verificaram que o administrador precisa conhecer as necessidades humanas, para conhecer melhor o seu comportamento e poder usar a motivação como meio para melhorar a qualidade de vida dentro das organizações.

A Teoria Comportamental tem seus principais fundamentos a partir dos estudos e abordagem das ciências do comportamento humano individual, para explicar como as pessoas se comportam organizacionalmente. Esta Teoria, também, é conhecida como:

- a) Teoria das Relações Humanas;
- b) Teoria Behaviorista;
- c) Teoria das Contigências;
- d) Teoria Científica.

QUESTÃO 16

A questão abaixo refere-se aos Direitos e Garantias Fundamentais (CF art.5º ao 17º)

“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.”

O texto acima está:

- a) Completamente errado;
- b) Parcialmente errado;
- c) Completamente certo;
- d) Parcialmente fora da CF.

QUESTÃO 17

O servidor foi aprovado em concurso público para exercer o cargo de Agente Administrativo. Nomeado pelo prefeito mas não tendo nenhuma atribuição, momentaneamente, o funcionário foi colocado para atender aos contribuintes. Esta função é própria do atendente. De acordo com a LOM de Patos de Minas, o ato é:

- a) Legítimo, desde que não permanente;
- b) Legítimo, independente de ser permanente ou não;
- c) Vedado pela Lei Orgânica Municipal;
- d) O assunto não está contido na LOM de Patos de Minas.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

O Art. 70 da LOM prevê que a Lei Orgânica Municipal de Patos de Minas poderá ser emendada mediante proposta:

- a) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- b) por iniciativa isolada do Prefeito Municipal;
- c) de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;
- d) de, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos deputados estaduais.

As questões 19 e 20 baseiam-se nos conceitos da teoria da administração burocrática. Leia o texto e responda ao que se pede:

A Teoria da Burocracia surgiu na década de 1940, para suprir as críticas das teorias organizacionais existentes, especialmente a Teoria Clássica (excesso de mecanicismo) e a Teoria das Relações Humanas (sociológica e utópica em demasia). Segundo Chiavenato(2004), a origem da Burocracia data da Antiguidade, como visto nos primórdios da Administração, porém foi a partir da descoberta dos estudos de Max Weber, sociólogo e economista alemão, autor da Sociologia da Burocracia, e com a tradução inglesa e a divulgação nos EUA desses estudos, que a Administração e seus estudiosos, apropriaram-se dos conceitos da teoria weberiana adaptando-a aos pressupostos organizacionais administrativos da época.

QUESTÃO 19

São vantagens da burocracia, **EXCETO**:

- a) internalização das regras;
- b) racionalidade dos objetivos;
- c) precisão na definição do cargo e na operação;
- d) rapidez nas decisões.

QUESTÃO 20

São desvantagens da burocracia:

- a) decisões tomadas nas mesmas circunstâncias;
- b) uniformidade de rotina e procedimentos;
- c) apego aos regulamentos;
- d) continuidade da organização.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ADVOGADO

Responda as questões de 21 a 23 baseando-se na Constituição Federal, Decreto-Lei nº 200/67, Lei 8666/93 e Lei 8987/95.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e organização.
- A administração pública federal indireta, prevista na CF e na legislação própria, compreende as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações públicas e as ONGs.
- Nos termos da lei, considera-se 'sociedade de economia mista' a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cuja maioria das ações pertencem à União ou a entidade da Administração Indireta.
- A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- Incluem-se entre os bens da União os potenciais de energia hidráulica.
- São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

QUESTÃO 23

A Lei 8666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Ela estabelece que:

- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- O contrato deve estabelecer as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os

direitos do licitante e as obrigações e responsabilidades do fornecedor, em conformidade com os termos da proposta a que se vincula.

- Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase final de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos exigidos no edital para execução de seu objeto.
- Convite é a modalidade de licitação entre interessados escolhidos e convidados pela unidade administrativa para apresentar proposta.

Assinale a alternativa onde as afirmativas estão corretas:

- todas estão corretas.
- apenas I e II.
- apenas III e IV.
- apenas V e VI.

Responda as questões 24 e 25 baseando-se na constituição Federal, Lei nº 6938/81.

QUESTÃO 24

Nos termos da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- Definir, no âmbito Municipal, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Assinale a letra adequada às afirmações acima:

- Todas as afirmações estão incorretas.
- Apenas a afirmação II está incorreta.
- Apenas a afirmação III está incorreta.
- Apenas a afirmação IV está incorreta.



QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) não integra a estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
- b) Compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) o licenciamento para a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
- c) Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.
- d) Somente o IBAMA poderá, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

Responda as questões 26 a 28 baseando-se no Código Civil Brasileiro/2002 e no Código de Defesa do Consumidor.

QUESTÃO 26

Serão registrados em registro público, **EXCETO**:

- a) A emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- b) Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- c) Os nascimentos, casamentos e óbitos.
- d) A sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.

- b) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.
- c) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- d) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.
- c) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.
- d) É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.

Responda as questões de 29 a 31 baseando-se na Constituição Federal.

QUESTÃO 29

Marque a letra “a” se a opção 1 estiver correta.

Marque a letra “b” se todas as opções estiverem incorretas



Marque a letra “c” se a opção 2 e a opção 4 estiverem corretas

Marque a letra “d” se todas as opções estiverem corretas

1. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e dos Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da iniciativa pública, o pluralismo político e a ideologia.
2. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nas respectivas Constituições.
3. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Presidente e do Governador do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
4. São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

QUESTÃO 30

Marque a alternativa **FALSA**:

- a) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- b) A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- c) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- d) A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; os direitos dos usuários; política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado.

QUESTÃO 31

Marque a afirmativa **VERDADEIRA**:

- a) Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, semestralmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
- c) A ordem social tem como base o primado econômico, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- d) Acriação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Responda as questões 32 e 33 baseando-se no Código Penal.

QUESTÃO 32

Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Constitui crime contra a Fé-Pública o crime de moeda falsa.
- b) Constitui crime contra o patrimônio o crime de extorsão.
- c) Constitui crime contra a Administração Pública o crime de peculato.
- d) Constitui crime contra a incolumidade pública o crime de reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.



QUESTÃO 33

Conforme disposto no inciso II do artigo 61 do Código Penal, são circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, ter o agente cometido o crime:

- 1 - Por motivo fútil ou torpe; para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido; com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;
- 2 - Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge; com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica; com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão; contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;
- 3 - Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade; em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido; em estado de embriaguez preordenada.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Nenhuma das alternativas está de acordo com as disposições contidas no inciso II do art. 61 do CP;
- b) Apenas a alternativa 2 (dois) não está de acordo com as disposições contidas no inciso II do art. 61 do CP;
- c) As alternativas 1 e 3 não estão de acordo com as disposições contidas no inciso II do art. 61 do CP;
- d) Todas as alternativas estão de acordo com as disposições contidas no inciso II do art. 61 do CP.

Responda as questões de 34 a 36 baseando-se no Código de Processo Civil e Lei nº 6830/80.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- b) Argúi-se, por meio de exceção, a incompetência absoluta.
- c) A pessoa jurídica estrangeira será representada em juízo, ativa e passivamente pelo gerente, contador ou administrador da sua matriz aberta ou instalada no Brasil.
- d) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse, legitimidade, competência e capacidade de direito.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.

- b) Julgada procedente a ação principal, o arresto se resolve em adjudicação.
- c) É defeso lançar nos autos, cotas marginais ou interlineares; o juiz mandará riscá-las, impondo a quem as escrever multa correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juízo.
- d) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A Lei 6830/80 estabelece que a execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida pelo Código de Processo Civil e, subsidiariamente, por ela.
- b) A Lei 6830/80 estabelece que a execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por ela e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.
- c) Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 30 (trinta) dias.
- d) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público, ou que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, exceto quando a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 30 (trinta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor, ou quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do Tribunal superior competente.

Responda as questões de 37 a 40 baseando-se no Código Tributário Nacional

QUESTÃO 37

Todas as alternativas estão corretas, **EXCETO**:

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- b) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento



do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

- c) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, mas não tem o efeito de prova pré-constituída.
- d) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal e da acessória.
- b) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- c) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor à aplicação da penalidade cabível.
- d) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em Lei ou, excepcionalmente, em Medida Provisória.

QUESTÃO 39

Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, **EXCETO**:

- a) A moratória; o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis

reguladoras do processo tributário administrativo; a conversão de depósito em renda.

- b) A moratória; o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- c) A moratória; o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
- d) A moratória; o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; o parcelamento.

QUESTÃO 40

Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
- b) Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- c) A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendo, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.
- d) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

NA PROVA DISSERTATIVA, DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTEs ITENS:

1. Assine somente o cabeçalho da folha de resposta definitiva e não deixe pistas de identificação no corpo da mesma, caso isso ocorra, a prova escrita será anulada;
2. Somente serão corrigidas as dissertações escritas com caneta esferográfica azul ou preta;
3. Não será permitido o uso de lápis borracha ou corretivo de texto;
4. Produza o texto nos padrões da modalidade escrita da língua e do gênero textual correspondente ao comando da prova;
5. Neste caderno, consta um espaço para rascunho das dissertações;
6. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos;
7. A Folha de Dissertação Definitiva não pode ser utilizada no verso;
8. A dissertação deve apresentar título;
9. Não será corrigida, por motivos óbvios, dissertação com letra ilegível;
10. A escrita deve ser contínua, sem linhas em branco, nem mesmo para separar parágrafos;
11. Caso utilize a folha de rascunho, o texto definitivo deve ser transcrito no impresso próprio.



DISSERTAÇÃO - FOLHA DE RASCUNHO

Direito Administrativo

QUESTÃO 01 - Dissertar sobre Fato Administrativo e Ato Administrativo.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



DISSERTAÇÃO - FOLHA DE RASCUNHO

Direito processual Civil

QUESTÃO 02 - João Ajuizou ação de cobrança contra Maria. A ação foi julgada procedente e Maria condenada a pagar a quantia certa de R\$100.000,00.

A Sentença transitou em julgado e Maria não cumpriu a condenação no prazo legal..

João requereu a execução nos termos do CPC.

Maria ofereceu impugnação. A impugnação foi julgada improcedente por sentença, entretanto sem a extinção da execução. Qual o recurso que Maria **poderá manejar? Fundamentar.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



DISSERTAÇÃO - FOLHA DE RASCUNHO

Direito Tributário

QUESTÃO 03 - Dissertar sobre: imunidade, isenção e não-incidência.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30